

**TEORIA SOCIAL, CAPITALISMO GLOBAL
E CRISE DA HUMANIDADE:
uma entrevista com William I. Robinson**

***SOCIAL THEORY, GLOBAL CAPITALISM
AND THE CRISIS OF HUMANITY:
an interview with William I. Robinson***

Thiago Aguiar*

Em outubro de 2022, o Grupo de Trabalho “Fronteiras, regionalização e globalização” da CLACSO organizou um conjunto de seminários na UNAM, na Cidade do México, para debater pesquisas recentes sobre o capitalismo global inspiradas pela elaboração teórica de William I. Robinson, professor do Departamento de Sociologia da *University of California, Santa Barbara*, o que possibilitou a realização desta entrevista, em intervalo de nossas atividades, num café no Zócalo. Nas últimas décadas, Robinson tem se notabilizado por sua teoria sobre o capitalismo global, uma nova época na história do capitalismo, marcada por profundas transformações no Estado-nação e nas classes sociais desde fins dos anos 1970. Tais transformações convidam a Sociologia a superar o nacionalismo metodológico e a buscar enquadrar novos fenômenos, como a transnacionalização corporativa, a fusão de capitais nacionais sob o comando de uma classe capitalista transnacional e o espraiamento global da produção, bem como a integração de instituições nacionais e transnacionais que promovem, pelo mundo, políticas de ajuste estrutural do Estado, privatizações e a liberalização do comércio e das finanças, com enormes efeitos para a organização política e social da humanidade.

Robinson tornou-se, assim, parte de uma geração de pesquisadores que produziu uma série de estudos críticos da globalização¹. Talvez seja mesmo possível vincular seus trabalhos aos de autores como Leslie Sklair, William Carroll, Peter Dicken, Jerry Harris, Kees van der Pijl, entre outros, numa “escola do capitalismo global”, marcada por preocupações temáticas comuns, apesar das diferenças de abordagem. Esta entrevista busca apresentar a fértil elaboração teórica desse autor ao público brasileiro, já que, infelizmente, até o momento, não há nenhuma tradução de seus trabalhos para o português, apesar de sua produção estar publicada, em diversos países, em inglês, espanhol, turco, servo-croata, japonês e mandarim. Na conversa a seguir, tratamos de

* Doutor em Sociologia (USP), pesquisador de pós-doutorado no IFCH/Unicamp, pesquisador associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP) e membro do Grupo de Trabalho “Fronteiras, regionalização e globalização” da CLACSO. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo n. 2019/26020-4) pela bolsa que permitiu a realização desta entrevista. E-mail: th.aguiar@gmail.com

1 Cf. Richard Appelbaum e William I. Robinson (2005).

sua formação intelectual, muito vinculada a sua prática política desde a juventude, quando saiu de sua Nova York natal para engajar-se em movimentos de libertação nacional na África e em lutas revolucionárias na América Central, até hoje, com seu apoio aos movimentos de imigrantes nos Estados Unidos. Também falamos sobre sua elaboração na contramão de um marxismo dogmático e “estadocêntrico” herdado do século XX; de seu diálogo com outros autores e correntes teóricas das Ciências Sociais; e de sua preocupação com a crise do capitalismo global, uma crise existencial que ameaça a sobrevivência da humanidade pelo esgotamento ecológico, pela degradação das condições de vida de bilhões e pela ameaça do fascismo do século XXI.

Thiago Aguiar: *Você se destacou, nas últimas décadas, por sua formulação de uma teoria sobre o capitalismo global, um enquadramento distinto a respeito da globalização na Sociologia e mesmo no interior da tradição marxista, da qual você partiu. Conte-nos como sua trajetória pessoal e como pesquisador levou-o a essa formulação.*

William I. Robinson: Eu me tornei marxista aos 19 anos, quando saí dos Estados Unidos e tive a grande oportunidade de estudar na África: por dois anos, no Quênia e, por um ano, na Nigéria. Lá, eu descobri o marxismo e me tornei politicamente socialista. Iniciei meus estudos sobre o capitalismo mundial, sua história, o colonialismo, o imperialismo. Primeiro, li as obras clássicas de Marx e Engels, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, mas também estudei as obras dos marxistas do chamado Terceiro Mundo: Walter Rodney, Frantz Fanon, Che Guevara, Mao Tsé-Tung... Essa era minha formação inicial, mas eu não estava elaborando teoria naquele momento, eu estava absorvendo teoria marxista e neomarxista.

Depois disso, eu fui para a América Central porque estavam emergindo as revoluções centro-americanas e eu queria participar pessoalmente. Na verdade, eu não poderia separar a elaboração da minha teoria sobre o capitalismo global da minha participação política. Então, participei, durante os anos 1980, das revoluções na região. A ideologia e a formulação teórica dos revolucionários centro-americanos – não vou dizer que era dogmática – realmente não buscava desenvolver o marxismo além do legado teórico histórico que eles tinham: a interpretação de que havia o imperialismo e a luta pela libertação nacional no Terceiro Mundo. Em certo sentido, era uma interpretação válida no período posterior à II Guerra Mundial.

Eu realmente não comecei a ser um teórico propriamente antes dos anos 1990. A Revolução Sandinista foi derrotada e eu fui temporariamente expulso da Nicarágua. Então, retornei aos Estados Unidos e fiz minha pós-graduação. Nela, além dos estudos sobre história mundial, marxismo e teoria sociológica de forma ampla, eu pretendia responder a uma pergunta: por que, com tanta esperança e tantas possibilidades, foram derrotadas as revoluções centro-americanas? Eu cheguei à conclusão de que o capitalismo mundial estava transformando-se, em seu processo permanente de desenvolvimento. O sistema havia avançado e se modificado, enquanto nós, na América Central, estávamos respondendo a uma época anterior do capitalismo mundial. Nesse

momento, eu já era um estudioso da teoria do sistema-mundo e do marxismo latino-americano, particularmente das teorias da dependência. Partindo da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, comecei a identificar certas deficiências: foi quando comecei a pensar em uma nova época, superior, do capitalismo mundial. Descobri também a literatura sobre a globalização, por exemplo os trabalhos de meu colega e amigo Leslie Sklair. No entanto, as pessoas que estavam levando a sério a globalização, como fragmentação transnacional dos processos produtivos e integração transnacional de capitais, não eram marxistas. Já os marxistas, por sua vez, não levavam a sério a literatura sobre a globalização.

Então, eu queria fazer uma ponte: a aplicação de um marxismo criativo ao estudo da globalização. Foi quando comecei a conceber a globalização como um desenvolvimento qualitativamente novo, uma época superior de desenvolvimento do capitalismo mundial: a quarta grande época na história do capitalismo mundial, sendo a primeira o mercantilismo, a segunda o capitalismo industrial clássico e a terceira o que os marxistas costumam chamar de “capitalismo monopolista”, mas eu prefiro chamar de capitalismo cooperativo com o Estado-nação. Eu menciono o Estado-nação porque, nesta terceira época do capitalismo mundial, desenvolveu-se um mercado mundial com fluxos comerciais e financeiros dentro dos marcos da interação entre economias nacionais capitalistas.

Thiago Aguiar: *Quais elementos empíricos você identificou para descrever a globalização como uma nova época qualitativamente distinta das anteriores e o surgimento de uma classe capitalista transnacional?*

William I. Robinson: Para responder a essa pergunta, falarei do avanço das minhas investigações. Publiquei um livro em 1996, *Promoting Polyarchy*, quando ainda não estava muito clara minha definição sobre a globalização. Sabia que havia algo novo, mas não exatamente a transnacionalização do capital e a classe capitalista transnacional. O livro analisa a mudança da política estadunidense que, depois de promover ditaduras no chamado Terceiro Mundo, passou a promover a “democracia”, que eu qualifiquei como poliarquia, uma transição da dominação coercitiva para a dominação consensual. No final desse livro, comecei a questionar a ideia do capital nacional, e a seguir, em 1998, eu publiquei um artigo teórico e conceitual² desenvolvendo essa discussão, ainda sem muita base empírica, mas já em diálogo com outros pesquisadores, particularmente com Leslie Sklair, com quem tenho uma dívida. Ele não é um marxista, creio que lhe faltam muitos elementos conceituais, mas ele é quem primeiro começou a falar na existência de uma classe capitalista transnacional³. Então, eu tomei esse conceito com uma aplicação marxista e aprofundei o estudo empírico.

2 Cf. Robinson (1998).

3 Cf. Sklair (2001, 2002).

Entre 1999 e 2004, realizei uma pesquisa conceitual, reunindo uma série de dados e indicadores, que resultou em meu livro *A Theory of Global Capitalism* (2004), tomando como evidências, em primeiro lugar, os conselhos administrativos das grandes corporações: descobri que as corporações transnacionais, cada vez mais, tinham conselhos de administração compostos por membros de distintas origens nacionais. Em segundo lugar, verifiquei o incrível aumento dos fluxos de investimento estrangeiro direto, uma enorme saída de capitais que, quando chegavam ao país de destino, viam integrar-se a eles capitais locais. Em terceiro lugar, o crescimento das fusões e aquisições transfronteiriças. Passei a estudar os dados produzidos pelas Nações Unidas – em particular, pela UNCTAD – e por outras instituições, e verifiquei um enorme aumento das fusões e aquisições transnacionais, o que, para mim, era uma mudança qualitativa de extrema importância, talvez o indicador mais importante. Digamos: quando uma empresa sediada nos Estados Unidos adquire ou se funde com uma empresa no Brasil, isso é realmente uma fusão entre capitalistas de dois, três ou mais países. Em quarto lugar, a tremenda expansão do comércio internacional. Há, ainda, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a base técnica que permitiu essa transnacionalização.

É irônico que a minha luta tenha sido mais contra marxistas do que contra acadêmicos *mainstream*. Com dogmatismo, eles sempre buscavam refutar o conceito de globalização ou o aceitavam, limitando esse processo ao comércio. Então, eles sublinhavam que havia um aumento do comércio internacional na suposta primeira rodada da globalização, que iria até a crise de 1999 em diante. No entanto, há duas coisas: o surgimento da classe capitalista transnacional não se limita, de modo algum, apenas ao comércio; e, além disso, estávamos assistindo a um novo tipo de comércio, de produtos intermediários, como uma expressão da fragmentação da produção nacional e a recombinação desses circuitos de produção como segmentos dispersos por muitos países. Outros estudiosos, particularmente vinculados às teorias do sistema-mundo, já haviam começado a desenvolver análises sobre o que chamaram de *global commodity chains*⁴, e eu quis aprofundar-me nessa discussão. É por isso que eu digo sempre que toda produção intelectual é coletiva. Tenho um aporte teórico específico, mas estou certamente em diálogo com muitas correntes de pensamento e investigação. Então, há algo muito importante para o surgimento de um sistema global de produção: fragmentação e integração da produção, conduzidas pelas corporações transnacionais. Nesse processo, estavam envolvidos grupos capitalistas, corporações, pessoas com nome e sobrenome: uma expressão da transnacionalização do capital, a integração transnacional de capitais.

Há uma outra parte dessa investigação, etnográfica, para a qual eu não dei uma grande contribuição, mas, para apresentar um quadro amplo, eu aportei elementos empíricos novos⁵ e,

4 Cf. Gereffi e Korzeniewicz (1994) e Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005).

5 Robinson trabalhou com diferentes fontes empíricas em sua produção. Em *Latin America and Global Capitalism* (2008), por exemplo, o autor concentrou-se na análise das transformações trazidas pela globalização na agropecuária, nos serviços e na subcontratação industrial em diferentes países da região.

também, recolhi o que trouxeram outras pessoas, dando-lhes um novo marco de interpretação. Isso é o desenvolvimento contínuo da teoria e da análise. Meu ponto é que, quando há uma fragmentação e reintegração da produção, estamos falando ao mesmo tempo de grupos capitalistas nacionais que passam a transnacionalizar-se⁶. E é importante ver outra coisa, que os marxistas dogmáticos não entendiam: o capital transnacional define-se não como capitais estadunidenses que vão a outros países – como nas multinacionais, que começam a existir a rigor desde o final do século XVIII –, mas como a fusão de capitais de distintas origens nacionais. Então, há uma enorme distinção teórica, analítica e empírica entre capitais multinacionais e transnacionais.

Thiago Aguiar: *Sua teoria abarca, além da descrição do surgimento de uma classe capitalista transnacional, as transformações pelas quais passou o Estado nacional. Fale-nos a respeito dessa dimensão da sua elaboração: como o Estado foi transformado pela globalização?*

William I. Robinson: Para começar, eu gostaria de falar de um aspecto importante dessa discussão: para que eu tratasse do Estado, foi necessário iniciar debatendo a teoria marxista do Estado. No entanto, não há apenas uma teoria marxista do Estado, há várias correntes teóricas em seu interior, como a instrumentalista e a estruturalista. E, com a globalização, vemos tanto a instrumentalização do Estado nacional, promovida pela classe capitalista transnacional, como também vemos, com o surgimento de um tão poderoso capital transnacional, sua capacidade de exercer poder estrutural sobre o Estado nacional, transformando-o: talvez esse seja um aporte original meu.

No sistema capitalista mundial, há momentos históricos em que os Estados adquirem bastante autonomia e há outros momentos em que perdem essa autonomia, sobretudo quando essa autonomia é uma forte barreira e não permite o desenvolvimento do capital. Então, talvez o que se possa dizer é que, com a transição da terceira para a quarta grande época do capitalismo mundial – a globalização –, a classe capitalista transnacional atua para diminuir a autonomia do Estado nacional para instrumentalizar mais os Estados, convertendo-os em instrumentos que facilitem a transnacionalização de capitais e a integração econômica. Por isso, o Estado nacional joga um papel fundamental em negociar tratados de livre comércio, desregulação das economias nacionais, privatizações, etc. Então, o papel do Estado nacional transforma-se, subordinando-se a uma rápida e profunda integração de capitais e a uma integração de cada país ao capitalismo globalizado.

⁶ Em *O solo movediço da globalização* (2022), partindo da elaboração teórica de Robinson, busquei dar uma contribuição etnográfica, inspirada pelo método do estudo de caso ampliado (BURAWOY, 2014), à investigação da incorporação da economia brasileira ao capitalismo global, focalizando a transnacionalização da Vale e seus efeitos para trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Robinson escreveu o prólogo da edição em inglês do livro (AGUIAR, 2023).

Outro aspecto dessa discussão é minha teoria sobre o Estado transnacional e posso dizer que foi a respeito dela que recebi as críticas mais fortes, seja dos marxistas ou dos *mainstream*, que a rechaçam taxativamente sem entender a teoria do capitalismo global. Nesse ponto, por exemplo, eu me separo de Leslie Sklair, que não quer saber nada sobre isso – de fato, não quer tratar nada a respeito do Estado. Como resposta aos meus críticos, tive que ir refinando a teoria sobre o Estado transnacional e, mais recentemente, cheguei ao ponto de enfatizar que tal formulação é uma abstração conceitual, já que não estou falando, de modo algum, da existência de um governo global. Com efeito, tenho enfatizado muitas vezes que sou um marxista e, como tal, tenho uma abordagem dialética: o universo está cheio de contradições e estamos tratando de uma determinada globalização, a globalização capitalista – e é necessário sublinhar **capitalista** porque o *mainstream* diz apenas globalização. O capital sempre necessitou, para funcionar, de instituições e sempre dependeu do Estado: isso não é a minha teoria, é a teoria marxista do Estado. Quando o capital se transnacionaliza, necessita mover-se ao redor do mundo e necessita que o Estado forneça serviços fundamentais, como o controle social, a reprodução ideológica, além de garantir condições para sua acumulação, como o Direito, etc. Entretanto, a classe capitalista transnacional, movendo-se ao redor do mundo, necessita de outras condições para a acumulação que o Estado nacional não pode oferecer e que são garantidas por instituições supra e transnacionais. Pouco a pouco, tais instituições nacionais, supra e transnacionais vão-se imbricando em redes, redes institucionais transnacionais. Eis a abstração conceitual: o Estado transnacional funciona como uma rede que permite ao capital transnacional buscar as condições para sua reprodução.

Voltando então à questão das contradições: o capitalismo é sempre histórico, no sentido de que não existe o capitalismo em abstrato. Só existe o capitalismo tal como surgiu e se desenvolveu historicamente mediante o modelo westfaliano, ou seja, mediante o sistema político do Estado-nação, em que há uma fragmentação entre Estados com autoridade política formal. Então, a casca política do capitalismo global segue sendo o sistema interestatal. Isso é uma contradição fundamental, que confunde muitos investigadores e que apresenta uma série de problemas para o sistema – além de uma série de vantagens porque o capital transnacional pode impor-se sobre a autoridade política restrita do Estado-nação. Por isso, para concluir, eu diria que o conceito de Estado transnacional é de suma importância para mim, isto é, não é um aspecto adicional da teoria que esteja sobrando. Trata-se de uma parte fundamental da teoria do capitalismo global, sem o qual não é possível entender a parte institucional, política, e a relação do capital com o Estado.

Por exemplo, se não temos um conceito de Estado transnacional, não podemos entender algumas questões, como a invasão estadunidense do Iraque, sobre a qual escrevi muito anos atrás. Se a vemos como uma questão de rivalidade entre Estados nacionais, dizemos que os Estados Unidos entraram no Iraque para tomar o petróleo e outros recursos do país em concorrência com a China, a França, a Alemanha ou com quem seja. Mas, quando os Estados Unidos entraram,

anunciaram que o Iraque estaria aberto para investidores de quaisquer partes do mundo e, na sequência, os primeiros investidores em campos de petróleo iraquianos foram empresas chinesas e francesas, Total e CNPC. Então, evidentemente, os Estados Unidos não invadiram o Iraque em função de capitais norte-americanos, senão em função de capitais transnacionais. Para compreender isso teoricamente, necessitamos da teoria do Estado transnacional, do qual os Estados nacionais são componentes, são parte dessa rede institucional do Estado transnacional.

Thiago Aguiar: *Eu tenho a impressão de que entre *A Theory of Global Capitalism* (2004) e *Global Capitalism and the Crisis of Humanity* (2014) há uma certa mudança de abordagem em sua teoria do Estado transnacional: no primeiro livro, você fala em Estado transnacional e, dez anos depois, no segundo, você fala em aparatos de Estado transnacional, o que me pareceu um aprofundamento da sua formulação.*

William I. Robinson: Sim, exatamente! O que ocorre é que apresentei o conceito de Estado transnacional pela primeira vez em 2001, num artigo longo publicado na revista *Theory and Society*, com três respostas, em forma de simpósio⁷. Eu ampliei esse artigo e o incluí como um capítulo do livro de 2004. Depois, recebi uma série de críticas, que foram muito boas porque me obrigaram a aprofundar ou modificar aspectos da minha primeira formulação. Todas essas críticas me fizeram ver a importância da utilidade de chamá-los de aparatos de Estado transnacional, e aqui, claro, estou tomando emprestada a expressão de Nicos Poulantzas⁸, para quem o Estado é, primeiramente, um lugar de lutas internas, de competição e de ramificação, o que eu já havia mencionado em 2004. Ele fala, portanto, de aparatos de Estado nacional. Então, estou reconhecendo minha dívida com Poulantzas no livro de 2014, num capítulo que considero bastante importante porque realmente aí elaborei muito a teoria do Estado transnacional, introduzindo novos elementos empíricos.

Não fiquei satisfeito com minha teoria do Estado transnacional até a elaboração de 2014. O que fiz ali foi aprofundar as minhas leituras sobre a teoria marxista do Estado, que trazem uma série de observações, uma das quais é que o capital necessita do Estado para abrir espaço para promover a acumulação, para controlar a classe operária, para impor os interesses gerais do capital sobre os interesses dos capitalistas individuais, etc. Então, o importante desse segundo capítulo do livro de 2014, baseando-me em como os marxistas observam o Estado, era demonstrar que as mesmas funções que prestava o Estado nacional para o capital em nível nacional são justamente as que o Estado transnacional realiza para o capital transnacional.

7 Cf. Robinson (2001b), McMichael (2001), Goldfrank (2001) e Block (2001), além de uma réplica às críticas (ROBINSON, 2001a).

8 Poulantzas (2009, 2019).

Thiago Aguiar: *Mais recentemente, em seus últimos livros, você tem analisado a crise do capitalismo global. Gostaria de tratar dessa questão agora: em que consiste a crise?*

William I. Robinson: Sim, eu tenho tratado dessa questão desde o livro de 2014 até minhas publicações mais recentes. Começamos a entrevista discutindo porque o capital se transnacionaliza. Mas há também questões epistemológicas a respeito de onde está o ponto causal, onde começa. E começa com a luta de classes e com as lutas sociais, que não são o mesmo, mas são muito parecidas, não é possível separá-las. São as relações antagônicas entre classes e frações sociais que promovem e impulsionam, em primeira instância causal, a dinâmica de desenvolvimento capitalista. Muitos marxistas dirão outra coisa, que é o capital em si que começa a história causal, mas não estou de acordo.

Por que isso é importante? Porque talvez o capital tenha se transnacionalizado acidentalmente como resposta à acumulação de forças e a uma correlação de forças que era cada vez mais favorável às classes operárias e populares, talvez com o auge de 1968, quando o capitalismo mundial começa a perder a hegemonia e realmente se vê ameaçado com a perda de autoridade e a perda de controle. Então, em primeira instância, causalmente, a globalização é uma resposta dos grupos dominantes do capital e de seus representantes políticos para reverter essa correlação de forças que se inclinava mais favoravelmente às classes populares, cujo objetivo é romper o poder da classe operária no interior do Estado-nação, globalizando-se, o que permite uma série de coisas. Começamos pelos Estados Unidos: isso permitiu relocar a produção para zonas que não apenas ofereciam maiores lucros como também eram aquelas onde a classe operária podia ser mais explorada, o que debilitou os movimentos e a organização dos trabalhadores nos Estados Unidos.

Tratei disso em vários livros, mas por que faço essa introdução? Porque aqui está a verdadeira dinâmica: o capital, por si, produz a polarização social, ou seja, a tendência intrínseca da acumulação de capital é a polarização social, a acumulação de riqueza em um polo e a acumulação de miséria em outro polo. Marx tinha toda a razão a esse respeito, mas muitos marxistas, quando viram subir o nível de vida no Primeiro Mundo durante algumas décadas, nada mais disseram: Marx se equivocou. Mas ele não se equivocou: essas são contratendências compensatórias que fizeram com que, momentaneamente, no século XX, tenha havido um melhor nível de vida da classe operária. Isso tem a ver com o espectro da revolução e, também, com a necessidade de deslocar as crises para os países de Terceiro Mundo. Mas aonde quero chegar é que a dinâmica intrínseca do capitalismo é a polarização de renda e isso produz uma contradição para o capital, que perde mercado. Com a globalização, libera-se o capital dos Estados nacionais e se produz a redistribuição. As contratendências, as tendências compensatórias, são produzidas no âmbito do Estado-nação e não no nível da economia e da sociedade globais, então se desata a desigualdade como jamais tínhamos visto na história do capitalismo mundial. Tudo isso tem relação com a crise.

Há duas dimensões da crise. A primeira dimensão é que, com a globalização, o capital pode ter novas e enormes oportunidades de acumulação. Isso significa um enorme excesso de capital que necessita saída, por um lado, e, por outro, desata uma incrível desigualdade; a segunda dimensão é que já não há mercado que possa absorver todo esse capital sobreacumulado. Boa parte da crise atual explica-se por isso.

Quero dizer também algo mais geral, que nós marxistas temos debatido: se o primordial é a queda nas taxas de lucro ou se é a sobreprodução e o subconsumo. Em meu livro mais recente, *Can Global Capitalism Endure?* (2022a), meu argumento é que são as duas coisas, não é possível separá-las. Elas são compatíveis sempre que começarmos no circuito da produção, mas há uma outra parte no circuito da circulação. Não se trata, então, de aspectos contraditórios. A crise do capitalismo global tem duas dimensões: uma tremenda sobreacumulação de capitais que não encontra possibilidade de investimento produtivo pela queda das taxas de lucro – há dados a respeito no livro – e uma segunda dimensão é que a globalização resultou num encolhimento do mercado global, que já não pode absorver a produção global.

Seria preciso agregar, no entanto, uma terceira dimensão: a crise de legitimidade dos Estados, que perdem legitimidade porque têm funções contraditórias. Talvez esse seja um aporte original, mas eu parto das elaborações de muita gente. O Estado-nação tem uma dupla função: a função de legitimidade, já que em qualquer ordem social é necessário produzir legitimidade e, na época do capitalismo mundial, essa função é produzida no âmbito do Estado-nação; a segunda função do Estado é garantir as condições para a acumulação de capital. Essas funções estão em contradição porque o Estado já não pode fazer as duas coisas e, por isso, há uma crise de legitimidade do Estado. Além disso, há a crise de hegemonia do capitalismo, que está relacionada, mas não é idêntica ao que estamos discutindo. O capitalismo tem perdido crescentemente legitimidade perante a população mundial. Eu apresentei alguns dados de pesquisas de opinião demonstrando isso em *Global Civil War* (2022b).

Thiago Aguiar: *Em Global Capitalism and the Crisis of Humanity (2014), você apontou a emergência de duas alas no interior da classe capitalista transnacional e da elite transnacional, sobre a qual ainda não falamos muito, como resposta à crise do capitalismo global: uma ala optaria por um caminho reformista e outra por uma saída repressiva e autoritária. Gostaria que você tratasse dessas alas que emergem com a crise, talvez mais claramente manifestadas na elite transnacional que na classe capitalista transnacional, e das respostas de cada uma.*

William I. Robinson: É preciso reconhecer, de início, que há muitíssimas contradições e que esses fracionamentos são muito fluidos, transformando-se no dia a dia porque isso é a dinâmica da política, então podemos falar de estruturas que são mais duradouras e de dinâmicas políticas que mudam com a conjuntura. Trata-se de níveis distintos de análise. Então, temos que distinguir a classe capitalista transnacional da elite transnacional. Em minhas obras, eu tenho

ênfatisado que há uma classe capitalista transnacional *em si*, por razões objetivas, estruturais, e *para si* porque tem uma cabeça com consciência de classe. Mas a classe operária global também é uma classe *em si* porque, objetivamente, já é parte de circuitos transnacionais de produção, de comércio, de serviços, etc., mas não é uma classe *para si* porque não tem consciência de classe transnacional.

Agora, qual é a diferença entre classe e elite? Essa é a diferença entre Marx e Weber, e é útil ter os dois em conta. A elite, no conceito weberiano, é composta pelos que controlam as instituições: por exemplo, a elite governamental controla o Estado. Muitas vezes, as elites governamentais também são capitalistas, mas não necessariamente. Eu incorporo a formulação weberiana, transformando-a, porque não se pode conceber uma elite institucional fora do capitalismo, do capital e da classe capitalista. Então, temos uma classe capitalista transnacional que opera ao redor do mundo, com boa parte de seus componentes que tem essa consciência transnacional de classe, mas há também essa elite transnacional, no interior da qual alguns são capitalistas e outros não. Sua maior expressão organizativa, seu melhor cérebro, está no Fórum Econômico Mundial. Qualquer investigador que queira aprofundar-se nesse tema precisa ler seus informes porque ali é possível ter uma clara noção do que é o pensamento da elite transnacional e do setor consciente da classe capitalista transnacional.

Dentro da elite transnacional pensante, reconhece-se que o sistema está em crise e que é necessário salvá-lo de suas próprias contradições. Nos últimos anos, sobretudo desde 2008, começaram a fazer uma série de propostas sobre como reformar o capitalismo global. Fazem-no porque sabem que o sistema está em crise e que, sem reformas, ele cairá. Por isso, buscam salvar o capitalismo global de si mesmo, de revoluções ou, pelo menos, de rebeliões. É daí que surge uma cisão no interior das fileiras da classe capitalista transnacional e, sobretudo, da elite transnacional. O problema sempre são as contradições. As reformas têm sido propostas, mas o capital transnacional não consegue ver além de seus próprios interesses. Com seu imperativo de acumular e de buscar novas oportunidades de acumulação justamente diante da estagnação e da sobreacumulação, a classe capitalista transnacional subverte o projeto reformista. Eis a contradição que não sabem como superar. Além da acumulação de capitais, também está estagnado o projeto reformista. Ainda assim, parte da elite transnacional segue apresentando algumas propostas, como a renda básica universal, um imposto de 15% sobre transações transnacionais, recentemente aprovado pelo G20, mas que ainda não está em execução. Estão propondo ir além do neoliberalismo.

Thiago Aguiar: *Além das propostas dessa ala reformista, em seu livro *The Global Police State* (2020), você trata da crescente aposta de outra ala da classe capitalista e da elite transnacional em formas de acumulação militarizada e na transformação dos aparatos de Estado transnacional em um Estado policial global como resposta à crise de sobreacumulação e para conter o espectro de uma rebelião global contra a classe capitalista transnacional.*

William I. Robinson: Diante da crise, o capital transnacional tem que buscar onde pode seguir acumulando. Além disso, a crise tem produzido uma revolta popular ao redor do mundo, que vai ganhando força. O Estado policial global também é, claro, uma abstração conceitual. Os acadêmicos, sobretudo marxistas, e a esquerda política necessitam de conceitos e de teorias. Conceitos são coisas abstratas, uma abstração da realidade para poder entendê-la e, depois, poder intervir nela. Então, é um conceito – não se trata de dizer que está aí o ministério de um Estado policial global – que nos permite entender as transformações políticas e estruturais no funcionamento do capitalismo global.

Por um lado, está ampliando-se rapidamente a militarização, o controle social e a repressão ao redor do mundo. Nota-se, como tentei demonstrar no livro que você mencionou, que isso tem se tornado também uma fonte muito importante de acumulação para descarregar os capitais excedentes em guerras, expansão de exércitos, sistemas policiais e de repressão, encarceramento em massa, tropas fronteiriças e guerras contra imigrantes, etc. Isso tem um importante papel nas novas oportunidades de acumulação de capital. Por outro lado, o sistema precisa incrementar a repressão e desenvolver novos sistemas de rastreamento e vigilância simplesmente para garantir o controle social. Para isso, têm sido utilizadas as novas tecnologias digitais, como eu busquei tratar em *Global Civil War* (2022b), que é uma continuação de *The Global Police State* (2020).

Mas ainda é preciso agregar um terceiro elemento: os próprios regimes políticos ao redor do mundo têm passado crescentemente a basear-se na coerção e temos visto uma transição para o autoritarismo, ditaduras e para o fascismo do século XXI. Vocês no Brasil têm vivido esse processo, assim como nós nos Estados Unidos. Então, há essas três dimensões que formam, num nível conceitual, o que chamo de Estado policial global.

Thiago Aguiar: *Em Global Civil War (2022b), que acaba de mencionar, você nos mostra como a pandemia da Covid-19 acelerou a digitalização, já em curso anteriormente, mas que ganhou impulso como tentativa de reestruturar a economia global em crise. A digitalização pode ser um caminho viável de reestruturação?*

William I. Robinson: Eu gostaria de começar falando algo: para qualquer investigador, sobretudo para os marxistas, que queremos investigar para poder inserir-nos em transformações sociais, é preciso identificar os processos, a respeito dos quais pouco a pouco vai se adquirindo clareza. Digo isso porque, quando em meados dos anos 1990, estava estudando a globalização, levei muitos anos para ter clareza desse fenômeno. Eu comecei a estudar a crise em 2008, mas é em meu livro de 2014 que, creio, já tinha mais clareza sobre a crise do capitalismo global. Agora, estou buscando aprofundar-me no estudo das novas dimensões da crise e, também, abordar o tema da digitalização e de uma nova reestruturação do capitalismo mundial, para além da que vivemos desde os anos 1970 até aqui. Digo isso porque ainda não tenho total clareza – é o processo natural, lógico, que estamos vivendo. Ainda estou buscando mais clareza sobre os efeitos da digitalização e sobre o rumo que tomará a crise em curso.

De toda forma, quero dizer algumas coisas sobre a digitalização, ainda sem total clareza a respeito delas. Há um fenômeno muito importante: a digitalização tem a capacidade de aumentar tremendamente a produtividade, mas não o fez ainda porque a globalização permitiu ao capital transnacional encontrar formas de ampliação da mais-valia absoluta. Então, enquanto o capital transnacional encontrava essas formas, ele não precisava utilizar toda a incrível capacidade transformadora dessas tecnologias digitais. Se se pode superexplorar milhões e milhões de trabalhadores na China, no Vietnã, no Brasil, na América Central, onde quer que seja, não é necessário recorrer plenamente a essas tecnologias. Bem, agora, por várias razões, isso começa a mudar: a pandemia da Covid-19 impulsionou um salto qualitativo para o desenvolvimento e a aplicação dessas tecnologias digitais, como o comércio eletrônico, o uso de ferramentas de reunião de negócios, universitárias e para a educação, a biotecnologia, a nanotecnologia, etc. Isso é o que tem sido chamado de quarta revolução industrial, a utilização de todas essas tecnologias tendo como base a digitalização.

A digitalização é uma resposta à profunda crise de sobreacumulação. O capitalismo desenvolve-se em ondas longas e as crises igualmente sucedem-se em ondas longas: há crises cíclicas, recessões que ocorrem em geral a cada dez anos, e grandes crises estruturais, identificadas com essas ondas longas, que ocorrem em geral a cada quarenta ou cinquenta anos. O capitalismo sempre saiu dessas crises estruturais com um grande processo de transformação: a saída da grande crise estrutural do fim do século XIX foi uma nova onda de colonialismo e o imperialismo, como escreveu Lênin; a saída da segunda grande crise estrutural, dos anos 1930, foi uma grande reestruturação por meio do keynesianismo-fordismo; a crise seguinte, dos anos 1970, foi resolvida com a globalização. Em cada uma delas, ocorreram transformações organizativas, institucionais e novas formas de acumulação, além de mudanças tecnológicas. É importante não cair na armadilha do determinismo tecnológico, mas é preciso notar o fenômeno. Poderíamos mencionar o salto no desenvolvimento da indústria automobilística e aeronáutica depois da crise dos anos 1930 ou da informática depois da crise dos 1970. Então, agora, é possível dizer que se houver uma nova transformação fundamental do capitalismo mundial, que lhe permita escapar dessa crise em que está agora – já são 14 anos de crise estrutural –, seria a digitalização, ou seja, uma nova base tecnológica e uma nova onda de expansão e de prosperidade para o capital.

No entanto, isso é apenas uma especulação porque não temos essa transformação até o momento: trata-se ainda do começo dessa transformação digital. E há que se perguntar se uma transformação digitalizada poderia tirar o sistema da crise. É aí, também, onde entra a elite global: seria necessário haver uma redistribuição da renda em nível global e uma nova regulação dos mercados globais. A elite transnacional gostaria de ter um Estado transnacional mais funcional, mas não está preparada para essa tarefa. Por isso, ela insiste tanto em falar em governança, incluindo o controle social da população global, mas também a capacidade de regular o mercado, de impor-se sobre os interesses de capitais individuais, de promover a reprodução ideológica,

etc., capacidades que, no passado, o Estado-nação tinha. Esse termo governança, que a elite transnacional tanto utiliza, exprime seu desejo de ter um Estado transnacional mais eficaz para levar a cabo reformas. Então, para a digitalização permitir uma nova época de prosperidade do capitalismo global, um novo *boom* de acumulação, é preciso haver, conjuntamente, reformas, o que não se vê por ora.

Thiago Aguiar: *Ao mesmo tempo, revelam-se os limites ecológicos do planeta. Você tratou dessa questão em seu livro mais recente, Can Global Capitalism Endure? (2022a), e mencionou os riscos de uma crise existencial para a humanidade. Quais são eles?*

William I. Robinson: Sim, a crise é também existencial sobretudo pelos riscos ecológicos. Por que, neste livro, faço o prognóstico de que o capitalismo mundial não pode sobreviver à virada deste século? Não se trata de um prognóstico apocalíptico, já que os cientistas e ecologistas têm alertado que a sexta extinção em massa ocorrerá ao longo do século XXI e, se não houver uma mudança de rumo agora, na virada do próximo século sentiremos os efeitos dessa extinção em massa. Além disso, os grandes celeiros do mundo – como, por exemplo, a Califórnia, certas regiões da China, certas regiões da América do Sul, etc. – correm risco de assistir a um colapso da agricultura. A Califórnia – responsável por boa parte da produção agrícola dos Estados Unidos e para exportação – e o México estão a ponto de um colapso. Se tomamos em conta os riscos de uma extinção em massa de espécies e de colapso da produção agrícola no mundo, vemos que o sistema não pode mais se reproduzir. Eu não estarei vivo no ano 2100, mas posso dizer com toda a confiança que o sistema não pode mais seguir reproduzindo-se. Haverá um colapso da civilização.

A pergunta que fica é se poderemos derrubar o capitalismo global antes que ele nos destrua: esse é o desafio político urgente. Poderíamos ainda mencionar outros riscos: a ameaça de uma guerra nuclear ou a possibilidade de aparecimento de um novo patógeno ainda pior que o vírus da Covid-19. Há muitos fatores de risco e essa é a razão pela qual vivemos uma crise existencial em que a dimensão ecológica é essencial. Caso não haja uma mudança, a população mundial poderia reduzir-se a talvez algumas centenas de milhões de pessoas que depois não conseguiriam sobreviver. A elite transnacional pensa que pode criar fortalezas e existir nesses bolsões, mas não pode: é impossível.

Thiago Aguiar: *Encaminhando-nos para o final, nos últimos anos, apareceram fenômenos políticos reacionários, como o trumpismo nos Estados Unidos e o bolsonarismo no Brasil, que já mencionamos. Que semelhanças você poderia apontar entre esses fenômenos e como eles se relacionam com a crise do capitalismo global?*

William I. Robinson: A extrema direitização e a ameaça do fascismo do século XXI são riscos reais. O fascismo sempre foi uma resposta à crise do capitalismo. Nos anos 1930, foi uma resposta à Grande Depressão e justo em países que tinham posições desvantajosas na economia mundial naquele momento. Sem dúvida, foi uma resposta à crise. Não há diferença agora – quanto mais se aprofunda a crise, mais se consolidam duas respostas: uma revolta popular por baixo e os autoritarismos, as ditaduras e o fascismo por cima. Isso tem relação com a crise de legitimidade dos Estados. A direita tradicional e os grupos dominantes tradicionais não podem resolver essa crise de legitimidade, e isso pode abrir espaço para respostas à esquerda.

Mas aqui entram em questão os fatores subjetivos, sobre os quais não falamos muito: a crise da esquerda. Definitivamente, houve e segue havendo uma polarização política em nível global entre lutas de massa por baixo – não vou dizer da esquerda, mas com tintas de esquerda, progressistas, como queiram chamar – e respostas da ultradireita. Em termos muito simplificados, há uma polarização entre a direita e a esquerda em nível mundial. O chamado centro está colapsando. Então, o problema é que a direita neofascista tem ganhado muito mais terreno do que a esquerda e há uma série de contradições dentro da esquerda.

Ao mesmo tempo, há um incrível ascenso do movimento de massa, de movimentos sociais, de resistências, de rechaço ao capitalismo, etc., e há uma nova abertura para o discurso socialista. Tudo isso dá-se no nível global, uma guerra civil global. Poderia dar um exemplo: na Índia, houve, no final de 2019, uma greve geral de 150 milhões de pessoas, a maior greve geral da história da humanidade. Depois, no final de 2020, outra greve geral com 250 milhões de pessoas, superando a anterior! Imagine isso: 250 milhões de pessoas em greve! Temos assistido a isso ao redor do mundo: agora no Irã, há uns meses no Sri Lanka, há um mês em Serra Leoa, há duas semanas no Líbano, por onde se olhe em vários países! É incrível: um ascenso do movimento de massas que ameaça o sistema.

O problema é que temos um movimento de massas sem esquerda organizada que tenha passado do século XX ao século XXI com projetos viáveis e capacidade de oferecer uma liderança, canalizar todos esses movimentos dispersos em um projeto de transformação que desafie o capitalismo global e a classe capitalista transnacional. Essa é a tragédia porque, assim, estamos abrindo o caminho para a ultradireita neofascista. Isso seria uma outra conversa: a crise da esquerda e o fato de que ela não tenha podido sair de sua camisa de força do século XX e de seu modelo teórico “estadocêntrico” abriram o caminho para a direita neofascista.

Vocês viveram isso no Brasil, tiveram uma oportunidade com o PT dos anos 1980. Se ele não tivesse se transformado em um instrumento de expansão capitalista, não haveria essa expansão do capital transnacional no Brasil e a crise provocada por esse capital, que abriu espaço para o bolsonarismo. Nos Estados Unidos, sequer podemos falar de um partido como o PT, nunca tivemos isso, mas simplesmente falando do Partido Democrata, que poderia ter tido um projeto de redistribuição, um projeto social-democrata, mas nunca sequer propôs isso. Foi o Partido Democrata – e não o Partido Republicano – que implementou e desenvolveu plenamente o neoliberalismo, o que abriu o caminho para o trumpismo.

Thiago Aguiar: *Muito obrigado pela ótima conversa! Você gostaria de dizer uma última palavra para nossos leitores no Brasil?*

William I. Robinson: Sei que a entrevista será publicada depois do segundo turno das eleições de 2022, então não sei se estarei falando a um Brasil de Lula ou de Bolsonaro, oxalá vença Lula. Eu terminaria dizendo que estamos vivendo num momento da humanidade urgente porque é a nossa sobrevivência que está em jogo e não temos muito tempo para dar uma resposta contundente que reverta essa crise e abra espaço para um projeto transformador. Não sou eu quem digo, há muitos e muitos insistindo que temos 10 ou 15 anos. Estamos numa conjuntura realmente de urgência, mas o futuro nunca está predeterminado, não está escrito antecipadamente.

Referências

- AGUIAR, Thiago. **O solo movediço da globalização:** trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.
- AGUIAR, Thiago. **The Shifting Ground of Globalization:** Labor and Mineral Extraction at Vale S.A. Leiden and Boston: Brill, 2023.
- APPELBAUM, Richard; ROBINSON, William I. **Critical Globalization Studies.** New York: Routledge, 2005.
- BLOCK, Fred. Using Social Theory to Leap over Historical Contingencies: A Comment on Robinson. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 215-21, abr. 2001.
- BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico:** quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The Governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism.** Westport: Praeger, 1994.
- GOLDFRANK, Walter L. Rational Kernels in a Mystical Shell: A Comment on Robinson. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 211-13, abr. 2001.
- MCMICHAEL, Philip. Revisiting the Question of the Transnational State: A Comment on William Robinson's Social Theory and Globalization. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 201-10, abr. 2001.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- SKLAIR, Leslie. **Globalization:** Capitalism and its Alternatives. New York: Oxford University Press, 2002.
- SKLAIR, Leslie. **The Transnational Capitalist Class.** Oxford: Blackwell, 2001.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism:** Production, Class, and State in a Transnational World. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- ROBINSON, William I. Beyond Nation-State Paradigms: Globalization, Sociology, and the Challenge of Transnational Studies. **Sociological Forum**, v. 13, n. 4, p. 561-594, 1998.
- ROBINSON, William I. **Can Global Capitalism Endure?** Atlanta: Clarity Press, 2022a.
- ROBINSON, William I. Foreword – Global Capitalism and Social Theory for the Twenty-First Century: What a Brazilian Case Study Tells Us. *In:* AGUIAR, Thiago. **The Shifting Ground of Globalization:** Labor and Mineral Extraction at Vale S.A. Leiden and Boston: Brill, 2023. p. IX-XII.

ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. New York: Cambridge University Press, 2014.

ROBINSON, William I. **Global Civil War: Capitalism Post-Pandemic**. Oakland: PM Press, 2022b.

ROBINSON, William I. **Latin America and Global Capitalism: A Critical Globalization Perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

ROBINSON, William I. **Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROBINSON, William I. Response to McMichael, Block, and Goldfrank. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 223-36, abr. 2001a.

ROBINSON, William I. Social Theory and Globalization: The Rise of a Transnational State. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 157-200, abr. 2001b.

ROBINSON, William I. **The Global Police State**. London: Pluto Press, 2020.

Recebida em: 23/04/2023

Aceita em: 03/05/2023